

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO
Tecnólogo em Gestão Pública

TAÍSA MARA CARIAS

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA IDOSOS DE BAIXA RENDA NO BRASIL

CACOAL - RO
2026

TAÍSA MARA CARIAS

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA IDOSOS DE BAIXA RENDA NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), como requisito parcial para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública, sob a orientação do professor Doutor Diego de Oliveira Cunha.

CACOAL - RO
2026

TAÍSA MARA CARIAS

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA IDOSOS DE BAIXA RENDA NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), como requisito parcial para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública, sob a orientação do professor Doutor Diego de Oliveira Cunha.

Aprovado em: 16/07/2026 pela banca examinadora.

Diego de Oliveira Cunha
Membro da Banca (Orientador)

Renan Gomes de Lima
Membro da Banca (Examinador Interno)

Francisco Lindoval de Oliveira
Membro da Banca (Examinador Externo)

DEDICATÓRIA

“Dedico este trabalho a todas as pessoas que me acompanharam ao longo desta trajetória, oferecendo apoio, compreensão, paciência e amor, contribuindo de forma significativa para a realização desta conquista.”

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a Deus, por me conceder saúde, força e sabedoria ao longo desta jornada. Sua orientação foi essencial para que eu pudesse enfrentar os desafios e superar as dificuldades encontradas durante a realização deste trabalho.

Aos meus amados filhos, Ytalo e Vitor, pelo apoio, carinho e compreensão nos momentos em que precisei me dedicar aos estudos. Vocês são minha maior motivação, e sou imensamente grata por fazerem parte dessa conquista.

Aos meus pais, Tarcísio Barbosa Carias (*in memoriam*) e Neuza Martins Carias, que sempre me incentivaram a buscar o conhecimento e a dar o melhor de mim. Seu amor, apoio e dedicação foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Ao meu esposo, Jeferson Lahass dos Santos, por seu amor, apoio e incentivo constantes. Sua presença foi essencial para que eu tivesse coragem de enfrentar os desafios e seguir em frente. Obrigada por ser meu porto seguro durante toda essa caminhada.

À minha grande amiga GleyciaHencke, pela parceria, apoio e troca de conhecimentos ao longo da jornada acadêmica. Sua amizade e incentivo foram fundamentais para o meu crescimento pessoal e profissional.

Agradeço também a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, seja por meio de orientações, sugestões ou palavras de incentivo.

Por fim, registro minha gratidão aos autores, professores e pesquisadores cujos estudos serviram de base para a construção deste trabalho, contribuindo para o seu embasamento teórico.

Meu sincero agradecimento a todos que fizeram parte dessa trajetória.

EPÍGRAFE

“A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.” (Constituição Federal, art. 230)

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA IDOSOS DE BAIXA RENDA NO BRASIL

RESUMO: O envelhecimento populacional no Brasil tem se intensificado nas últimas décadas, configurando-se como um dos principais desafios para a gestão pública contemporânea. O aumento da expectativa de vida, aliado às persistentes desigualdades sociais, evidencia a necessidade de políticas públicas eficazes voltadas à população idosa, especialmente àqueles em situação de baixa renda. O presente estudo tem como objetivo analisar as políticas públicas destinadas aos idosos de baixa renda no Brasil, identificando seus avanços, desafios e limitações. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica e documental, fundamentada na análise de legislações, artigos científicos e dados oficiais. Os resultados indicam que, embora existam instrumentos relevantes de proteção social, ainda persistem dificuldades relacionadas ao acesso e à efetividade dessas políticas. Conclui-se que é necessário fortalecer as ações governamentais, por meio da ampliação de investimentos, melhoria da gestão e maior integração entre as políticas sociais, visando garantir dignidade, inclusão social e qualidade de vida à população idosa.

PALAVRAS-CHAVE: Idosos; Políticas públicas; Gestão pública; Vulnerabilidade social.

PUBLIC POLICIES FOR LOW-INCOME SENIORS IN BRAZIL

ABSTRACT: Population aging in Brazil has intensified in recent decades, becoming one of the main challenges for contemporary public management. The increase in life expectancy, coupled with persistent social inequalities, highlights the need for effective public policies aimed at the elderly population, especially those in low-income situations. This study aims to analyze public policies aimed at low-income elderly people in Brazil, identifying their advances, challenges, and limitations. This is a qualitative research study, with a bibliographic and documentary approach, based on the analysis of legislation, scientific articles, and official data. The results indicate that, although relevant social protection instruments exist, difficulties related to access and the effectiveness of these policies persist. It is concluded that it is necessary to strengthen government actions through increased investment, improved management, and greater integration among social policies, aiming to guarantee dignity, social inclusion, and quality of life for the elderly population.

KEYWORDS: Elderly; Public policies; Public management; Social vulnerability.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da população idosa no Brasil.....	22
---	----

Tabela 2 – Evolução dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	23
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	02
2. JUSTIFICATIVA.....	04
3. OBJETIVOS.....	05
3.1. Objetivo Geral.....	05
3.2. Objetivos Específicos.....	05
4. METODOLOGIA.....	05
5. REFERENCIAL TEÓRICO.....	07
5.1. Envelhecimento populacional no Brasil.....	07
5.2. Políticas públicas e gestão pública.....	07
5.3. Direitos da pessoa idosa.....	09
5.4. Vulnerabilidade social.....	09
5.5. Principais políticas públicas.....	10
6. ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	11
6.1. Avanços nas políticas públicas para a população idosa.....	11
6.2. Desafios na implementação das políticas públicas.....	12
6.3. Limitações no atendimento aos idosos de baixa renda.....	12
6.4. Comparação entre indicadores e cobertura das políticas públicas.....	13
6.5. Síntese da análise.....	13
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
REFERÊNCIAS.....	17

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional constitui um fenômeno crescente no Brasil e no mundo, decorrente principalmente do aumento da expectativa de vida aliado à redução das taxas de fecundidade. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população idosa no Brasil tem apresentado crescimento acelerado nas últimas décadas. Em 2010, os indivíduos com 60 anos ou mais representavam cerca de 10,8% da população, percentual que ultrapassou 14% em 2022, com projeções indicando que esse grupo poderá alcançar aproximadamente 25% da população até 2060. Esse processo de transição demográfica provoca profundas transformações sociais e econômicas, ampliando a demanda por políticas públicas voltadas à proteção social.

No contexto brasileiro, o envelhecimento ocorre de forma desigual, sendo mais intenso entre grupos socialmente vulneráveis. De acordo com o IBGE (2022), uma parcela significativa dos idosos vive com renda de até um salário mínimo, dependendo majoritariamente de benefícios previdenciários ou assistenciais. Entre esses, destaca-se o Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que garante um salário mínimo mensal a idosos com 65 anos ou mais em situação de extrema pobreza. Em 2023, mais de 5 milhões de brasileiros foram beneficiados pelo BPC, sendo os idosos uma parcela expressiva desse total.

Além das limitações de renda, os idosos de baixa renda enfrentam dificuldades no acesso a serviços essenciais. No campo da saúde, embora o Sistema Único de Saúde (SUS) seja universal, persistem desafios como filas de espera, falta de especialistas e desigualdade regional no atendimento. Segundo o IBGE, cerca de 75% dos idosos brasileiros dependem exclusivamente do SUS, o que evidencia a importância de políticas públicas eficazes na garantia de acesso à saúde. No que se refere à moradia e à alimentação, muitos idosos vivem em condições precárias, o que compromete sua qualidade de vida e bem-estar.

Conforme destaca Camarano (2013), o envelhecimento populacional no Brasil ocorre de forma acelerada e em um contexto de desigualdade social, o que dificulta a implementação de políticas públicas eficazes. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 representa um marco na garantia de direitos sociais, estabelecendo, em seu artigo 230, que é dever da família, da sociedade e do Estado

assegurar à pessoa idosa o direito à vida, à dignidade e ao bem-estar. Esse compromisso foi reforçado com a criação do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), que ampliou a proteção legal e consolidou direitos fundamentais.

Do ponto de vista teórico, o debate sobre políticas públicas voltadas ao envelhecimento envolve a análise do papel do Estado na promoção do bem-estar social. Esping-Andersen (1991) destaca a relevância dos regimes de bem-estar na redução das desigualdades sociais, enquanto Draibe (2007) discute os limites e desafios da proteção social em países em desenvolvimento. Teixeira (2008), por sua vez, evidencia que, apesar dos avanços legais no Brasil, ainda há lacunas significativas na efetivação das políticas públicas, especialmente no atendimento aos idosos de baixa renda.

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar as políticas públicas voltadas aos idosos de baixa renda no Brasil, destacando seus avanços, desafios e limitações, bem como sua efetividade na promoção da dignidade, da inclusão social e da melhoria da qualidade de vida dessa população.

Diante desse contexto, levanta-se o seguinte problema de pesquisa: em que medida as políticas públicas voltadas à população idosa de baixa renda no Brasil têm sido efetivas na garantia de seus direitos? Parte-se da hipótese de que, embora existam avanços no campo legal, essas políticas ainda apresentam limitações significativas em sua implementação, especialmente no atendimento aos grupos em situação de vulnerabilidade social.

2JUSTIFICATIVA

A escolha do tema justifica-se pela crescente relevância do envelhecimento populacional no Brasil e pelos desafios que esse fenômeno impõe à gestão pública. O aumento da expectativa de vida, aliado às desigualdades sociais persistentes, tem ampliado o número de idosos em situação de vulnerabilidade, especialmente aqueles de baixa renda, que enfrentam dificuldades no acesso a direitos básicos, como saúde, assistência social e condições dignas de sobrevivência.

Nesse contexto, torna-se fundamental analisar as políticas públicas voltadas a essa população, uma vez que, embora o Brasil possua um arcabouço legal avançado, ainda há limitações significativas na efetivação desses direitos. A compreensão dessas lacunas é essencial para o aprimoramento das ações governamentais e para a promoção de maior equidade social.

Do ponto de vista acadêmico, o estudo contribui para o aprofundamento das discussões sobre políticas públicas, envelhecimento populacional e vulnerabilidade social, articulando teoria e dados empíricos. No âmbito da gestão pública, a pesquisa se mostra relevante ao fornecer subsídios para a avaliação das políticas existentes, possibilitando a identificação de fragilidades e a proposição de melhorias.

Assim, este trabalho justifica-se pela sua relevância social, acadêmica e institucional, ao buscar contribuir para o fortalecimento das políticas públicas e para a garantia de dignidade, inclusão social e qualidade de vida à população idosa de baixa renda.

3. METODOLOGIA

3.1. Objetivo Geral

Analisar as políticas públicas voltadas à população idosa de baixa renda no Brasil, considerando seus avanços, desafios e limitações.

3.2. Objetivos Específicos

- Identificar as principais políticas públicas destinadas à população idosa no Brasil;
- Analisar os impactos dessas políticas na qualidade de vida dos idosos de baixa renda;
- Examinar os desafios relacionados à implementação dessas políticas;
- Propor possíveis melhorias nas ações governamentais voltadas a essa população.

4. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, tendo como objetivo analisar as políticas públicas voltadas à população idosa de baixa renda no Brasil. A abordagem qualitativa mostra-se adequada por possibilitar a compreensão aprofundada de fenômenos sociais complexos, considerando aspectos históricos, políticos e institucionais que não podem ser reduzidos a dados quantitativos, conforme apontam Lakatos e Marconi (2017).

No que se refere aos procedimentos técnicos, a pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir da análise de livros, artigos científicos e produções acadêmicas relevantes sobre envelhecimento populacional, vulnerabilidade social e políticas públicas. Esse tipo de pesquisa permite ao pesquisador entrar em contato com o conhecimento já produzido sobre o tema, contribuindo para a construção do referencial teórico e para a fundamentação da análise, conforme destaca Gil (2019). Foram considerados autores como Camarano (2013), que discute o envelhecimento no contexto brasileiro, Teixeira (2008), que aborda as políticas públicas voltadas à pessoa idosa, e Draibe (2007), que analisa o papel do Estado na proteção social.

A pesquisa documental, por sua vez, concentrou-se na análise de legislações e documentos oficiais, os quais constituem fontes primárias de informação, permitindo a compreensão das diretrizes normativas que orientam as políticas públicas no país (GIL, 2019). Foram selecionados como principais documentos a Constituição Federal de 1988, especialmente o artigo 230, o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/1993). Além disso, foram utilizados dados secundários provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com ênfase em relatórios e indicadores sociais publicados entre os anos de 2010 e 2023.

Os critérios de seleção do material analisado basearam-se na relevância para o tema, na atualidade das publicações, na pertinência ao contexto brasileiro e na abordagem direta das políticas públicas voltadas à população idosa em situação de vulnerabilidade social. Esses critérios são fundamentais para garantir a qualidade e a confiabilidade das informações utilizadas na pesquisa.

Ressalta-se que o estudo não envolveu coleta de dados primários, não sendo realizada aplicação de questionários ou entrevistas. Dessa forma, não há definição de amostra empírica, uma vez que a investigação se fundamenta exclusivamente em fontes secundárias, conforme é característico de pesquisas bibliográficas e documentais (Lakatos; Marconi, 2017).

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), a qual consiste em um conjunto de procedimentos sistemáticos que visam à organização e interpretação das informações. Essa técnica permite a categorização dos dados e a identificação de padrões e significados relevantes para o objeto de estudo.

As categorias de análise foram definidas a partir dos objetivos da pesquisa, contemplando: (i) avanços das políticas públicas voltadas à população idosa; (ii) desafios na implementação dessas políticas; e (iii) limitações no atendimento aos idosos de baixa renda. A partir dessas categorias, buscou-se realizar uma análise crítica acerca da efetividade das políticas públicas no contexto brasileiro.

Por fim, a pesquisa possui caráter descritivo-analítico, uma vez que busca não apenas descrever as políticas existentes, mas também interpretá-las criticamente, evidenciando seus impactos na promoção da dignidade, da inclusão social e da melhoria da qualidade de vida da população idosa de baixa renda.

Procedimentos de análise documental e limitações da pesquisa:

-Para a realização da análise documental, os documentos selecionados foram organizados em categorias temáticas relacionadas aos objetivos da pesquisa. Inicialmente realizou-se leitura exploratória das legislações, documentos oficiais, relatórios institucionais e indicadores sociais. Em seguida, procedeu-se à leitura analítica, buscando identificar elementos associados à proteção social, garantia de direitos, acesso a benefícios assistenciais, efetividade das políticas públicas e condições de vulnerabilidade social da população idosa.

-Os dados obtidos foram sistematizados e confrontados com a literatura científica, permitindo estabelecer relações entre os dispositivos legais e a realidade social descrita pelos estudos consultados. A técnica de análise de conteúdo possibilitou identificar convergências, divergências e lacunas existentes entre a formulação das políticas públicas e a sua implementação prática.

-Entre as limitações da pesquisa destaca-se a ausência de coleta de dados primários, como entrevistas ou questionários. Além disso, os resultados dependem da disponibilidade e atualização das fontes consultadas. Apesar dessas limitações, a utilização de fontes oficiais e literatura especializada confere consistência científica a às análises desenvolvidas.

Com base nos procedimentos metodológicos definidos, torna-se possível desenvolver a análise proposta neste estudo. Assim, o capítulo seguinte apresenta os resultados e a discussão, organizados a partir das categorias analíticas estabelecidas, permitindo a compreensão dos avanços, desafios e limitações das políticas públicas voltadas à população idosa de baixa renda no Brasil.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 Envelhecimento populacional no Brasil

O envelhecimento populacional tem se intensificado de forma significativa nas últimas décadas, configurando uma das principais transformações demográficas contemporâneas. No Brasil, esse processo ocorre de maneira acelerada, impulsionado pela redução das taxas de fecundidade e pelo aumento da expectativa de vida, o que evidencia uma transição demográfica em ritmo mais rápido do que o observado em países desenvolvidos.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população idosa brasileira apresenta crescimento contínuo, o que impõe novos desafios ao Estado, especialmente no que se refere à sustentabilidade das políticas sociais. No entanto, diferentemente de países centrais, o envelhecimento no Brasil ocorre em um contexto de desigualdade social estrutural, o que agrava seus impactos.

Camarano (2010) destaca que o envelhecimento populacional não pode ser compreendido apenas sob a perspectiva biológica, sendo necessário analisá-lo como um fenômeno social, econômico e político. Nesse sentido, o aumento da população idosa demanda não apenas ampliação de serviços, mas também reestruturação das políticas públicas, sob risco de aprofundamento das desigualdades sociais.

Além disso, observa-se que o envelhecimento impacta diretamente as relações familiares e a organização social, uma vez que a responsabilidade pelo cuidado ainda recai, em grande medida, sobre a família. Tal cenário evidencia uma lacuna na atuação estatal, que muitas vezes transfere para o âmbito privado responsabilidades que deveriam ser compartilhadas com políticas públicas estruturadas.

5.2. Políticas públicas e gestão pública

As políticas públicas constituem instrumentos centrais de intervenção estatal, sendo fundamentais para a promoção do bem-estar social e a redução das desigualdades. No entanto, sua efetividade depende não apenas de sua formulação, mas também da capacidade de implementação e gestão.

Segundo Souza (2006), as políticas públicas envolvem processos complexos que incluem formulação, implementação e avaliação, sendo influenciadas por fatores políticos, econômicos e institucionais. Dessa forma, não se trata apenas de decisões técnicas, mas de escolhas que refletem disputas de interesses e prioridades governamentais.

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 representa um marco na ampliação dos direitos sociais, estabelecendo bases para a construção de um sistema de proteção social. Entretanto, conforme argumenta Draibe (2007), países em desenvolvimento enfrentam limitações estruturais que dificultam a consolidação

de um Estado de bem-estar social efetivo, especialmente no que se refere à capacidade fiscal e à gestão pública.

Nesse sentido, a gestão pública assume papel estratégico, uma vez que a existência de políticas não garante, por si só, sua efetividade. A ausência de planejamento adequado, a fragmentação das ações e a insuficiência de recursos comprometem a capacidade do Estado de atender às demandas sociais, sobretudo das populações mais vulneráveis.

5.3 Direitos da pessoa idosa

A garantia dos direitos da pessoa idosa no Brasil está fundamentada em um conjunto de dispositivos legais que visam assegurar dignidade, cidadania e inclusão social. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 230, a responsabilidade compartilhada entre família, sociedade e Estado no amparo à pessoa idosa, consolidando o reconhecimento desse grupo como sujeito de direitos.

O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) representa um avanço significativo nesse processo, ao sistematizar direitos e estabelecer mecanismos de proteção. No entanto, conforme destaca Moraes (2012), há uma distância considerável entre o que está previsto na legislação e sua efetiva aplicação na realidade social.

Essa contradição evidencia um problema recorrente nas políticas públicas brasileiras: a existência de um arcabouço legal avançado, mas com baixa efetividade prática. Tal situação é ainda mais evidente quando se trata de idosos de baixa renda, que enfrentam maiores barreiras no acesso aos serviços e direitos garantidos por lei.

Assim, a efetivação dos direitos da pessoa idosa depende não apenas da existência de normas, mas também da capacidade do Estado em implementá-las de forma eficiente, garantindo acesso universal e equitativo.

5.4 Vulnerabilidade social e idosos de baixa renda

A vulnerabilidade social constitui um fenômeno multidimensional, que envolve não apenas a insuficiência de renda, mas também a exclusão do acesso a direitos e serviços básicos. No caso da população idosa, essa condição é agravada por fatores como dependência econômica, fragilidade física e isolamento social.

Ramos (2013) destaca que a desigualdade social no Brasil intensifica a vulnerabilidade da população idosa, especialmente daqueles que não tiveram acesso a condições adequadas de trabalho e renda ao longo da vida. Dessa forma, muitos idosos chegam à velhice em situação de precariedade, dependendo exclusivamente de políticas assistenciais.

Além disso, a vulnerabilidade não se limita à dimensão econômica, abrangendo também aspectos sociais e psicológicos, como o isolamento, a ausência de suporte familiar e a invisibilidade social. Esse conjunto de fatores compromete significativamente a qualidade de vida dos idosos de baixa renda.

Nesse contexto, as políticas públicas desempenham papel fundamental na redução dessas desigualdades. No entanto, quando insuficientes ou mal implementadas, acabam por reproduzir as condições de exclusão que deveriam combater, evidenciando a necessidade de ações mais integradas e eficazes.

5.5 Principais políticas públicas para idosos

No Brasil, diversas políticas públicas foram desenvolvidas com o objetivo de atender às demandas da população idosa, com destaque para aquelas voltadas aos grupos em situação de vulnerabilidade social. Entre elas, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), destaca-se como um dos principais instrumentos de transferência de renda.

O BPC desempenha papel essencial na redução da pobreza entre idosos, garantindo um salário mínimo mensal àqueles que não possuem meios de subsistência. No entanto, conforme aponta Pereira (2011), o acesso ao benefício ainda enfrenta entraves burocráticos e critérios restritivos, o que limita seu alcance.

Outro instrumento relevante é o Sistema Único de Saúde (SUS), que assegura acesso universal aos serviços de saúde. Apesar disso, a efetividade desse sistema é comprometida por problemas estruturais, como subfinanciamento, desigualdade regional e sobrecarga dos serviços.

Dessa forma, observa-se que, embora o Brasil possua políticas públicas importantes voltadas à população idosa, sua efetividade ainda é limitada. Isso evidencia a necessidade de fortalecimento dessas políticas, com maior investimento, melhoria na gestão e ampliação do acesso, especialmente para os idosos de baixa renda.

A partir das discussões teóricas apresentadas, torna-se possível compreender a complexidade que envolve a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas à população idosa de baixa renda. Diante disso, o capítulo seguinte apresenta os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, detalhando o tipo de estudo, as fontes utilizadas e a forma de análise dos dados.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A análise das políticas públicas voltadas à população idosa de baixa renda no Brasil foi estruturada a partir de três categorias centrais: avanços, desafios e limitações. Essa organização permite compreender, de forma sistemática, tanto os progressos quanto as fragilidades existentes na efetivação dos direitos dessa população.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), mais de 14% da população brasileira é composta por pessoas com 60 anos ou mais, sendo que uma parcela significativa vive com renda de até um salário mínimo. Além disso, cerca de 75% dos idosos dependem exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS), e mais de 5 milhões de pessoas são beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Esses dados evidenciam que o envelhecimento populacional no Brasil ocorre em um contexto de desigualdade social, o que impacta diretamente a efetividade das políticas públicas.

Nesse cenário, observa-se uma contradição central: embora o país possua avanços importantes no campo normativo e institucional, ainda existem limitações significativas na capacidade do Estado em garantir, na prática, os direitos assegurados à população idosa de baixa renda.

6.1 Avanços nas políticas públicas para a população idosa

Nas últimas décadas, o Brasil apresentou avanços significativos no que se refere à proteção social da pessoa idosa, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988. O artigo 230 estabelece a responsabilidade compartilhada entre Estado, família e sociedade na garantia dos direitos da população idosa, representando um marco fundamental na consolidação das políticas públicas.

Outro avanço relevante foi a criação do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), que ampliou a proteção jurídica e assegurou direitos nas áreas de saúde, transporte, assistência social e acesso à justiça. Conforme destaca Teixeira (2008), o Estatuto representa um importante instrumento de cidadania, ao reconhecer o idoso como sujeito de direitos.

No campo da assistência social, destaca-se o Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que garante um salário mínimo mensal a idosos em situação de vulnerabilidade econômica. Esse benefício tem papel fundamental na redução da pobreza, especialmente entre aqueles que não tiveram acesso à previdência social ao longo da vida.

Além disso, o Sistema Único de Saúde (SUS) constitui um avanço importante ao garantir acesso universal e gratuito à saúde, incluindo ações específicas voltadas ao envelhecimento, como a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. De acordo com Camarano (2013), essas iniciativas representam conquistas relevantes na construção de um sistema de proteção social mais inclusivo.

6.2 Desafios na implementação das políticas públicas

Apesar dos avanços normativos, a implementação das políticas públicas voltadas aos idosos de baixa renda ainda enfrenta diversos desafios. Um dos principais problemas refere-se à desigualdade no acesso aos serviços públicos, especialmente nas áreas de saúde e assistência social.

No âmbito da saúde, persistem dificuldades como a escassez de profissionais especializados, longas filas de espera e desigualdade regional na oferta de serviços. Esses fatores comprometem a qualidade do atendimento e evidenciam que o acesso formal não garante, necessariamente, acesso efetivo.

Outro desafio importante diz respeito à gestão e à articulação das políticas públicas. Muitas vezes, há falta de integração entre as diferentes esferas governamentais, o que dificulta a efetividade das ações. Conforme Draibe (2007), países em desenvolvimento enfrentam limitações estruturais que impactam diretamente a capacidade do Estado em promover políticas sociais de forma eficiente.

Além disso, a limitação de recursos financeiros constitui um obstáculo relevante. O subfinanciamento das políticas sociais compromete a ampliação e a qualidade dos serviços oferecidos, afetando principalmente os idosos em situação de vulnerabilidade social.

6.3 Limitações no atendimento aos idosos de baixa renda

Mesmo com a existência de um arcabouço legal robusto, as políticas públicas ainda apresentam limitações importantes no atendimento à população idosa de baixa renda. Uma das principais limitações refere-se ao distanciamento entre o que está previsto na legislação e o que efetivamente é ofertado à população.

Teixeira (2008) ressalta que, embora o Brasil possua leis avançadas, sua implementação ainda é insuficiente, especialmente para os grupos mais vulneráveis. Nesse sentido, muitos idosos continuam enfrentando dificuldades no acesso a direitos básicos, como saúde de qualidade, moradia adequada e alimentação.

Outra limitação relevante é a dependência de benefícios assistenciais, como o BPC, que, embora essenciais, não são suficientes para garantir qualidade de vida diante do aumento do custo de vida. Além disso, critérios restritivos de acesso podem excluir parte da população idosa em situação de vulnerabilidade.

Ademais, observa-se que as políticas públicas ainda não contemplam de forma integral aspectos como inclusão social, acesso à cultura, lazer e participação ativa na sociedade. Conforme Ramos (2013), a vulnerabilidade social da população idosa é multidimensional, envolvendo fatores econômicos, sociais e psicológicos.

6.4 Comparação entre indicadores sociais e cobertura das políticas públicas

Tabela 1 – Evolução da população idosa no Brasil

ANO	POPULAÇÃO COM MAIS DE 60 ANOS OU MAIS
2000	14,2 milhões
2010	20,6 milhões
2022	32,1 milhões

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Projeção da população do Brasil por sexo e idade.** 2010-2060. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

A evolução dos dados demonstra que o envelhecimento populacional brasileiro ocorre de forma acelerada. O crescimento da população idosa amplia a demanda por serviços públicos de saúde, assistência social, previdência e programas de proteção social. Esse cenário exige planejamento governamental contínuo e maior capacidade de resposta do Estado.

Tabela 2 – Evolução dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC)

ANO	BENEFICIÁRIOS
2015	4,1 milhões
2020	4,8 milhões
2023	Mais de 5 milhões

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileiro.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

A ampliação do número de beneficiários evidencia a importância do BPC como instrumento de combate à pobreza. Entretanto, demonstra também a persistência de condições de vulnerabilidade econômica entre idosos brasileiros, especialmente aqueles que não tiveram acesso a vínculos formais de trabalho ao longo da vida.

Ao comparar os indicadores de envelhecimento populacional com a cobertura das políticas públicas, observa-se que a demanda cresce em ritmo superior à capacidade de expansão dos serviços públicos. Embora existam avanços normativos significativos, persistem dificuldades relacionadas ao financiamento das políticas sociais, à gestão pública e à integração entre diferentes áreas governamentais.

No campo da saúde, a elevada dependência do SUS pelos idosos de baixa renda reforça a importância dessa política pública. Contudo, filas para consultas especializadas, demora na realização de exames e desigualdades regionais continuam comprometendo a efetividade do atendimento. Na assistência social, o BPC representa importante mecanismo de proteção, mas seu valor muitas vezes se mostra insuficiente diante do aumento do custo de vida.

Verifica-se, portanto, que o principal desafio não está apenas na existência de legislação protetiva, mas na capacidade do Estado de transformar direitos formalmente garantidos em benefícios concretos para a população. Essa

constatação reforça a necessidade de aperfeiçoamento da gestão pública, ampliação dos investimentos sociais e fortalecimento dos mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas públicas.

6.5 Síntese da análise

A partir da análise realizada, verifica-se que o Brasil apresenta avanços significativos no campo das políticas públicas voltadas à população idosa, especialmente no âmbito legal e institucional. No entanto, persistem desafios estruturais e limitações na implementação dessas políticas, que comprometem sua efetividade, sobretudo no atendimento aos idosos de baixa renda.

Dessa forma, conclui-se que as políticas públicas existentes são fundamentais, porém insuficientes para atender plenamente às demandas dessa população. Torna-se necessário o fortalecimento dessas políticas por meio da ampliação de investimentos, melhoria na gestão pública e maior integração entre as ações governamentais, visando garantir a efetivação dos direitos e a promoção da dignidade da pessoa idosa.

A análise evidencia, portanto, a necessidade de aprimoramento das ações estatais, reforçando a importância de políticas públicas mais eficazes e inclusivas. Diante dessas considerações, o capítulo seguinte apresenta as conclusões do estudo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar as políticas públicas voltadas à população idosa de baixa renda no Brasil, com ênfase em seus avanços, desafios e limitações. A partir da análise bibliográfica e documental realizada, foi possível compreender que, embora o país possua um arcabouço legal significativo, ainda existem fragilidades importantes na efetivação dessas políticas.

Observou-se que instrumentos como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto do Idoso e o Benefício de Prestação Continuada representam avanços relevantes na garantia de direitos e na redução da vulnerabilidade social. No entanto, os dados analisados evidenciam que tais políticas não têm sido suficientes para assegurar, de forma plena, a dignidade e a qualidade de vida dos idosos de baixa renda.

Nesse sentido, confirma-se a hipótese de que há um distanciamento entre os direitos formalmente garantidos e sua efetiva aplicação. Fatores como a limitação de recursos públicos, a burocracia no acesso aos serviços e a desigualdade social contribuem para a baixa efetividade das políticas públicas, especialmente para os grupos mais vulneráveis.

Além disso, verifica-se que a dependência de benefícios assistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada, embora essencial, não resolve de forma estrutural as condições de vulnerabilidade enfrentadas por essa população. Tal cenário evidencia a necessidade de políticas mais integradas, que articulem assistência social, saúde, habitação e inclusão social.

Diante disso, torna-se fundamental o fortalecimento das políticas públicas existentes, com ampliação dos investimentos, melhoria na gestão e maior articulação entre as diferentes esferas governamentais. Recomenda-se, ainda, a simplificação dos processos de acesso aos benefícios, a ampliação dos serviços de saúde voltados à população idosa e o desenvolvimento de programas que promovam inclusão social e autonomia.

Por fim, destaca-se que o envelhecimento populacional tende a se intensificar nas próximas décadas, o que torna ainda mais urgente a adoção de medidas eficazes por parte do Estado. Garantir o envelhecimento com dignidade não se trata apenas de uma questão social, mas de um compromisso ético e constitucional que deve ser efetivamente cumprido.

Nesse sentido, o fortalecimento das políticas públicas voltadas à população idosa de baixa renda deve ser tratado como prioridade na agenda pública, considerando o avanço do envelhecimento populacional e a necessidade de construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Brasília, DF, 1993.
- BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Estatuto da Pessoa Idosa. Brasília, DF, 2003.
- CAMARANO, Ana Amélia. **O novo regime demográfico brasileiro: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: IPEA, 2013.
- DRAIBE, Sônia Miriam. **Estado de bem-estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2007.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta. ***The Three Worlds of Welfare Capitalism***. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade: 2010–2060**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MORAES, Alexandre de. **Direitos fundamentais**. São Paulo: Atlas, 2012.
- PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2011.
- RAMOS, Luiz Roberto. **Envelhecimento e saúde**. São Paulo: Atheneu, 2013.
- SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, 2006.
- TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.